



## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 26 DE JULHO DE 2012

### Acta n.º 25

Ao vigésimo sexto dia do mês de Julho do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezoito de Julho, com a seguinte ordem de trabalhos: --

**PONTO PRIMEIRO:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, em representação das Juntas de Freguesia do Concelho, para participar no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Hortas Comunitárias de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal - 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima(PS), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Paulo Alexandre Marcelino Vieira Xufre (membro suplente PS), Ramiro José Nunes Fernandes (membro suplente BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de



Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo (em regime de substituição), dos Vereadores em regime de permanência, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, e do Vereador em regime de não permanência David Martins. -----

**FALTAS:** Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Luis Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE) -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Florbela Caixinha, Pedro Farinha, Luis Reis e Rosário Charrua, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Luís Fernandes, Nuno Lisboa, Paulo Xufre, Ramiro Fernandes. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público presente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Bernardete Rosinha: "Venho aqui porque tive um problema com a minha loja, que a cave ficou cheia de água, e vim aqui fazer um requerimento e ninguém apareceu, paguei sessenta euros e ainda ninguém foi lá. Tive três semanas e tal com a cave cheia de água, está tudo cheio de bolor, a apodrecer tudo, e não posso trabalhar com o cheiro lá. E com a ajuda o senhor Eng.º Carlos Gabriel que me deu uma orientação, abriu cá fora o buraco para ver de onde vinha a água. E é um tubo que tem um metro de fundura. Tapamos mas está tudo aberto, tenho montes de terra à frente da loja, buracos, pode cair alguém, e ninguém passou lá, ninguém fez nada. Isto quase há um mês." -----

Presidente da Assembleia: "Onde fica situado?"-----

Bernadete Rosinha: "Areias de São João, Arcadas de São João."-----

Presidente da Assembleia: "Eu irei depois encaminhar. Quando puder, deixe a sua morada completa, nome completo, para nós verificarmos o que se passa e tentarmos arranjar uma solução e depois comunicamos com a senhora."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, onde se destaca o ofício dirigido pelo Presidente da Assembleia à Câmara Municipal relativamente à taxa de protecção civil, o qual se anexa. (Doc.1) ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Ex.mo Senhor Presidente da  
Câmara Municipal de Albufeira  
Rua do Município - Cerro de Alagoa  
8200-863 Albufeira

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência  
S-ASM/2012/66

DATA  
26/07/2012

ASSUNTO: Criação da Taxa Municipal de Protecção Civil

Humildemente confesso que parti do princípio que toda a questão formal tinha estado assegurada pela Câmara Municipal, que dispõe de serviços jurídicos. Tinha também conhecimento da aprovação por unanimidade da proposta em reunião de Câmara.

Note-se ainda que estas deliberações foram tomadas na sequência, inclusive, de uma petição popular com mais de mil assinaturas.

Assim, não voltei a minha atenção para a forma jurídica da proposta, nem sequer para a sua redacção, nem para quaisquer procedimentos, tendo centrado a minha atenção, apenas, nos valores propostos que me pareceram correctos, face ao conhecimento da situação financeira quer do Município, quer dos bombeiros de Albufeira, que asseguram na sua maioria, os serviços e protecção civil do concelho, situação financeira supra que está a colocar em causa aqueles serviços imprescindíveis.

Seria esta uma forma do Município se poder financiar para os serviços de protecção civil, assegurando-os.

Pelos vistos, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade também nesta Assembleia, é visível que toda a classe política municipal, de boa-fé, deliberou pensando que tudo estaria correcto.

Erro!

Em termos substanciais, existiu toda a concordância.

Não obstante a justiça da intenção deliberativa, a verdade é que o poder municipal está sujeito, como toda a gente, às leis que regem este país e se algumas nos dão margem de manobra em alguns actos, outros existem em que esse poder de decisão está condicionado, limitado, vinculado.

Foi publicado no Diário da república, 2ª série, nº134 de 12 de Julho de 2012, a Taxa Municipal de Protecção Civil que foi aprovada em sessão desta Assembleia Municipal de 21 de Junho de 2012, da qual tomei conhecimento recentemente, tendo – me chamado a atenção o facto de vir na publicação que «o seu montante reverterá integralmente a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira», o que não obstante poder ser uma intenção e até a justificação de criação da taxa, não tinha ficado com a ideia de que tal constasse

Rua do Município – 8200-863 Albufeira,

Tel.: 289 599 516, Fax: 289 599 698, E-mail: [assembleia@cm-albufeira.pt](mailto:assembleia@cm-albufeira.pt), Página Web: [www.cm-albufeira.pt](http://www.cm-albufeira.pt)  
Para tratar do assunto faça-se acompanhar deste ofício. Na resposta mencionar a n.º referência completa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

da parte deliberativa da proposta que nos foi remetida pela Câmara Municipal e que aprovámos tal como formulada. Mas afinal, constava.

Face a esta leitura que fiz da publicação, fiquei, portanto, com dúvidas em relação à deliberação tomada e designadamente quanto ao princípio da não consignação de receitas pelo que fui ler a lei, designadamente o Decreto-Lei nº 54 A/99 de 22-2 ou a Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, o que me suscitou dúvidas fundadas sobre a completa legalidade do teor da deliberação tomada.

Face a esta situação, já em "estado de alerta", fui ver todo o enquadramento legal da deliberação.

Da pesquisa que fiz e cheguei ao Art.8º da Lei nº 53-E/2006 com as alterações introduzidas pela Lei 64-A/ 2008 de 31 de Dezembro e pela Lei nº 11/2009 de 29 de Dezembro, que ainda colocam mais em causa a deliberação, na minha modesta opinião, inquinando –a de nulidade.

Esta pesquisa fi-la ontem à tarde e já fora do horário de expediente.

É minha obrigação dar de imediato conhecimento à Câmara Municipal da situação, para que verifique de imediato se as minhas observações supra fazem ou não sentido, através dos vossos serviços jurídicos.

Já me informei hoje de que a deliberação ainda não teve consequências práticas.

Irei dar conhecimento deste ofício, em sede de correspondência, na sessão extraordinária de hoje, em Assembleia Municipal, dado já não poder levar a esta sessão, por questão de prazo, a apreciação da questão e revogação da deliberação.

Solicito a V. Exa. que, obtido parecer jurídico, me informe com urgência as diligências que vai tomar em relação a esta grave questão, sempre antes da deliberação poder ter consequências práticas.

Com os meus melhores cumprimentos

Atenciosamente  
O Presidente da Assembleia Municipal

Carlos Eduardo da Silva e Sousa

A correspondência fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-





Presidente da Assembleia: " Isto é uma sessão extraordinária e a forma que encontrei de dar conhecimento à Assembleia foi por via da correspondência, não tenho legalmente outra forma de o fazer, é só para dizer que de facto, esta investigação resultou, feita ontem à tarde, portanto não havia tempo de mandar para todos os membros da assembleia, mas hoje de manhã verifiquei que não tem efeitos práticos, portanto, penso que nesta fase podemos estar serenos, quanto à questão, uma vez que enquanto não for esclarecida não serão desencadeados efeitos práticos. Aquilo que tiver de ser corrigido os serviços jurídicos da câmara irão ver se tiver que ser corrigido, eu penso que sim, e se resolverem decidir o contrário àquilo que eu digo, eu ver-me-ei forçado a fazer uma Assembleia Extraordinária para que a assembleia, com todos os dados, possa tomar a sua própria deliberação. É só isto, eu queria que ficasse toda a gente tranquila, não há efeitos práticos, e não haverá efeitos práticos, tal como foi deliberado, sem que nós tenhamos conhecimento, e sem que nós nos possamos pronunciar se o entendimento da câmara for contrário aquilo que a assembleia eventualmente venha a entender. Este ofício, se quiserem, assim como toda a correspondência em geral, está à vossa disposição, e poderão fazer os vossos próprios juízos de valor. É lamentável, mas quando tomei conhecimento não podia ignorar."

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

## **ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO**

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, em representação das Juntas de Freguesia do Concelho, para participar no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Calhau: Apresenta proposta. (Doc.2)

A

Probesta

- Os membros eleitos pelo Partido Social Democrata ou Assembleia Municipal de Lisboa, profere para Representar as Juntas de Freguesia do Concelho, para participar no 1.º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, os seguintes Presidentes de Junta

Efe Tivo = Helder Jacome Rodriguez  
Substituto = Francisco Jacome Fernandes  
Guerrin

or Proposcentes

os Propoentes

Antonio  
Alcides  
Vitorino  
Helder Simões  
Cav. Santos

Carla F. Silva  
Thomaz  
Voto, 6 h. 00

Admiral

O Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO POR ESCRUTINIO SECRETO: -----

Votos contra: um (00) -----

Abstenções: cinco (05) -----

Votos a favor: vinte e um (21) -----



Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

## **PONTO SEGUNDO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia:“ Os senhores receberam uma proposta do membro da comissão Nuno Lisboa (Doc.3).-----



X

**ARTIGO 1º.**

**Âmbito de aplicação**

**ARTIGO 2º.**

**Objecto**

**ARTIGO 3º**

**Competência**

1. Compete à Assembleia Municipal, por iniciativa própria ou mediante proposta da Câmara, efectuar qualquer alteração ao presente Regulamento;
2. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, ou Vereador com competência delegada, verificar o cumprimento do presente regulamento, instruir os processos de contra-ordenação e aplicar as respectivas coimas e sanções acessórias, revertendo as receitas provenientes da sua aplicação exclusivamente para a Câmara.

**ARTIGO 4º**

**Regime de funcionamento**

1. mantém.
2. mantém.
3. mantém.





*[Handwritten signature]*

4. Os estabelecimentos designados por “clubes” (clubs), “cabarés”, “boites” e “dancings”, poderão optar por um dos regimes de funcionamento seguintes:

Funcionamento em regime normal - abertura às 16 horas e encerramento às 24 horas;

Funcionamento em regime alargado – abertura às 16 horas e encerramento às 04 horas, de domingo a quinta-feira e encerramento às 05 horas, nas noites de sexta-feira para sábado e de sábado para domingo; excepcionalmente, na noite de 31 de Dezembro para 01 de Janeiro, às 8 horas;

5. Os estabelecimentos designados por “disco” ou discoteca dispõem dos regimes de laboração seguintes:

Funcionamento em regime normal - abertura às 18 horas e encerramento às 4 horas;

Funcionamento em regime alargado – abertura às 18 horas e encerramento às 06 horas, de domingo a quinta-feira e encerramento às 07 horas, nas noites de sexta-feira para sábado e de sábado para domingo; excepcionalmente, na noite de 31 de Dezembro para 01 de Janeiro, às 8 horas;

6. mantém.

7. mantém.

8. mantém.

9. mantém.



10, mantém,

**ARTIGO 5º.**

**Períodos de Funcionamento-situações excecionais**

**ARTIGO 5º.A**

**Requisitos do Regime de funcionamento alargado**

**ARTIGO 6º.**

**Restrição do Horário de Funcionamento**

**ARTIGO 7º.**

**Audição prévia do interessado**

**ARTIGO 8º.**

**Mera comunicação prévia**

**ARTIGO 9º.**

**Proibição de permanência de pessoas no estabelecimento**

**ARTIGO 10º.**

**Jornada Laboral**

**ARTIGO 11º.**

**Fiscalização**



A

**ARTIGO 12º.**  
**Contra-ordenações**

1. Sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal, são puníveis como contra-ordenação, sancionáveis com coima:

- a)
- b)
- c)
- d)
- 2.
- 3.
- 4.

**ARTIGO 13º.**  
**Coimas e sanção de encerramento**

- 1.
- 2.
- 3. Às contra-ordenações previstas nas alíneas c) e d) do nº1 do artigo anterior, são aplicáveis as coimas previstas nos termos gerais de direito.
- 4. (anterior nº3)

**ARTIGO 14º.**  
**Sanções Acessórias**

**ARTIGO 15º.**  
**Período mínimo de laboração**



V

**ARTIGO 16º.**  
**Normas supletivas**

**ARTIGO 17º.**  
**Alterações**

**ARTIGO 18º.**  
**Entrada em vigor**

6

Presidente da Assembleia: “Depois, hoje eu tentei enviar aqui para assembleia uma proposta de alteração, para conseguir fazer umas cópias, mas pelos vistos, no meu email dá que foi enviado, no email da assembleia não dá como recebido. De maneira que vou ter que ler porque não tenho mais cópias disto. A primeira alteração é só dar à Assembleia Municipal a faculdade do artigo terceiro, número um, a única alteração que está aí em relação ao anterior, é também a assembleia ficar com a possibilidade por iniciativa própria, se alguém detectar alguma coisa que deva ser alterada, poder propor



à Assembleia que é a única alteração no ponto três. Depois no artigo quatro, fundamentalmente o que está alterado é pôr horários de abertura. No quinto é a mesma coisa. No décimo segundo, acrescenta no número um, sancionáveis com coima.  
(Doc. 4) -----

#### **Nota Justificativa**

O Decreto-Lei nº. 48/96, de 15 de Maio, sucessivamente alterado pelo Decreto-Lei nº 126/96, de 10 de Agosto, pelo Decreto-Lei nº 216/96, de 20 de Novembro, pelo Decreto-Lei nº 111/2010, de 15 de Outubro e pelo Decreto-Lei nº 48/2011, de 01 de Abril, veio estatuir o regime jurídico dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, tendo, igualmente, procedido à transferência de competências, para os Municípios, em matéria de regulamentação do funcionamento daqueles.

Consta daquele regime, a faculdade das câmaras municipais, cumpridas as formalidades nele previstas, restringir ou alargar os limites fixados naquele mesmo diploma.

Em cumprimento do previsto naquele Regime, o Município de Albufeira assegurou a regulamentação daquela matéria, encontrando-se em plena vigência, sem quaisquer alterações, desde 27 de Junho de 2011, o Regulamento dos Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais do Município de Albufeira.

Pelo decurso do tempo, tem vindo a ficar demonstrado, particularmente no decorrer da época balnear, que o actual esquema de horários de abertura dos estabelecimentos comerciais (sobretudo, dos bares, espaços designados por “dancing” e discotecas) está longe de ser pacífico, sendo sim gerador de ampla controvérsia e descontentamento generalizado, no seio dos diferentes agentes envolvidos.

Sem descurar o cariz marcadamente turístico do Concelho de Albufeira e as legítimas expectativas de todos aqueles que nos visitam, imperativos de legalidade ditam que este Município adopte todas as medidas e iniciativas que se afigurem necessárias, de forma a conciliar tão diferentes interesses em presença, a saber: por um lado, os agentes económicos e seus



trabalhadores; por outro, os residentes na envolvente daqueles espaços e os consumidores em geral.

O histórico de diversas situações e episódios documentados nos Serviços camarários, motivadores de reclamações e insurreições, tornam premente a instauração de medidas restritivas, no que respeita aos limites de abertura e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, impondo-se, assim, proceder à introdução de alterações ao Regulamento dos Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais do Município de Albufeira.

Ao que acresce a circunstância do Decreto-Lei nº. 48/2011, de 01 de Abril ter vindo simplificar o regime do exercício de diversas actividades económicas no âmbito do “licenciamento zero”, nomeadamente, no que se reporta à atribuição do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, suas alterações e respectivo mapa, os quais passam a estar sujeitos a um regime de mera comunicação prévia no Balcão do Empreendedor. Este fato propícia, igualmente, a introdução de alterações a este diploma.

Constitui lesão grave do interesse público que alguns bares, sem quaisquer condições acústicas e funcionando de portas e janelas abertas, utilizam os seus aparelhos sonoros de forma abusiva, causando incomodidade quer a transeuntes, ou comerciantes e residentes vizinhos, os quais não podem beneficiar do regime de funcionamento em regime exceptional e precário, em prejuízo do bom ambiente de Albufeira, dos próprios colegas e das outras actividades económicas do concelho, independentemente das sanções que lhes possam ser aplicadas.





Este regime deve ser visto, não como um regime punitivo, bem pelo contrário, é um regime que premia os comerciantes de bares que pretendem uma efectiva animação nocturna de Albufeira e que, com a sua acção contribuem para o bom nome de Albufeira, acção esta que é coincidente com o interesse público do concelho.

Pelo contrário, aqueles que, indevidamente exercem a sua actividade comercial, causando poluição sonora em prejuízo alheio e degradando o ambiente de Albufeira, se devem ficar sujeitos aos regimes sancionatórios por violação de lei, seguramente não sendo contribuintes do interesse público da imagem turística de Albufeira, não podem beneficiar de uma extensão de horário precário, justificável em alguns períodos de maior afluência turística.

## **ARTIGO 1º**

### **Âmbito de aplicação**

O presente regulamento, elaborado em execução do Decreto-Lei 48/96 de 15 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 126/96, de 10 de Agosto, pelo Decreto-Lei nº 216/96, de 20 de Novembro e pelo Decreto-Lei nº 111/2010, de 15 de Outubro, é aplicável a todas as pessoas (singulares e colectivas) que exerçam actividades comerciais na área do Município de Albufeira.

## **ARTIGO 2º**

4.



### **Objecto**

Constitui objecto deste regulamento o regime de fixação dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços referidos nos números 1 a 4 do artigo 1º do Decreto-Lei 48/96, de 15 de Maio, o qual deve ser observado, nomeadamente, aquando da submissão da mera comunicação prévia do horário ou das respectivas alterações, a efetuar pelo interessado, por via electrónica.

### **ARTIGO 3º**

#### **Competência**

1. Compete à Assembleia Municipal, por iniciativa própria ou mediante proposta da Câmara, efectuar qualquer alteração ao presente Regulamento.
2. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, ou Vereador com competência delegada, verificar do cumprimento do presente regulamento, instruir os processos de contra-ordenação e aplicar as respectivas coimas e sanções acessórias, revertendo as receitas provenientes da sua aplicação exclusivamente para a Câmara.

### **ARTIGO 4º**

#### **Regime de funcionamento**

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as entidades que exploram os estabelecimentos abrangidos pelo presente regulamento, podem escolher, para os mesmos, durante todos os dias da semana, os períodos de abertura e funcionamento compreendidos entre:
  - a) Abertura : 6 horas;
  - b) Encerramento : 24 horas;

5.



2. Os estabelecimentos de restauração ou de bebidas denominados por cafés, pastelarias, cervejarias, gelatarias, casas de chá, restaurantes, snack-bares, “self-service” e casas de pasto e de máquinas de diversão, estabelecimentos de artesanato, recordações, postais, revistas e jornais, artigos de fotografia e cinema, tabacos e afins de outros artigos de interesse turístico poderão optar por um dos regimes de funcionamento seguintes:

- a) encerramento às 02:00 horas, todos os dias da semana, caso o estabelecimento não tenha qualquer equipamento sonoro, com exceção do televisor, e desde que o respectivo funcionamento não perturbe os residentes na envolvente. Em caso de reclamação em contrário, considerada fundada pelo Vereador do Pelouro, o estabelecimento terá que passar a laborar sempre com as portas fechadas a partir das 24 horas.
- b) Encerramento à 01:00 hora, todos os dias da semana, para os estabelecimentos de restauração e bebidas que, tendo aparelho de som susceptível de produzir campo sonoro que viole o Regulamento Geral sobre Ruído, tenham adquirido e montado no estabelecimento, um limitador de som, o qual deverá estar selado e calibrado em conformidade com o Regulamento Geral sobre o Ruído. Nestes casos, a laboração fica, contudo, sujeita, às regras constantes do artº. 5º. deste Regulamento, com as devidas adaptações;
- c) em todas as demais situações que não encontrem previsão nas antecedentes alíneas, encerramento às 24 horas.

3. Os estabelecimentos de restauração ou de bebidas denominados por bares, poderão optar por um dos regimes de funcionamento seguintes, aplicável durante todos os dias da semana:

- a) Funcionamento em regime normal – abertura às 9 horas e encerramento às 24 horas;

4.



b) Funcionamento em regime alargado – abertura às 9 horas e encerramento às 02 horas e, excepcionalmente, na noite de 31 de Dezembro para 01 de Janeiro, às 8 horas;

c) Funcionamento em regime excepcional e precário - abertura às 9 horas e encerramento às 04 horas, concedido com o limite máximo de um mês do calendário legal e caducando automaticamente no final de cada mês, aplicando – se a este regime todas as regras do regime alargado previsto na alínea anterior;

4. Os estabelecimentos designados por “clubes” (clubs), “cabarés”, “boites” e “dancings”, casas de fado e estabelecimentos análogos poderão optar por um dos regimes de funcionamento seguintes:

Funcionamento em regime normal - encerramento às 24 horas;

Funcionamento em regime alargado – encerramento às 04 horas, de domingo a quinta-feira e encerramento às 05 horas, na sexta-feira e ao sábado; excepcionalmente, na noite de 31 de Dezembro para 01 de Janeiro, às 8 horas;

5. Os estabelecimentos designados por “disco” ou discoteca dispõem dos regimes de laboração seguintes:

Funcionamento em regime normal - encerramento às 4 horas;

Funcionamento em regime alargado – encerramento às 06 horas, de domingo a quinta-feira e encerramento às 07 horas, na sexta-feira, ao sábado; excepcionalmente, na noite de 31 de Dezembro para 01 de Janeiro, às 8 horas;

6. As esplanadas e demais recintos, parcial ou totalmente, ao ar livre poderão funcionar até ao limite do horário do estabelecimento a que pertencem, sendo que as actividades ruidosas que naqueles decorram não poderão, em caso algum, perdurar para além das 24 horas, sem prejuízo da

5.



observância de limites mais restritivos decorrentes de Licenças Especiais de Ruído e da legislação em vigor, nomeadamente, o Regulamento Geral sobre o Ruído (aprovado pelo Decreto-Lei nº. 310/2002, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro) e do Decreto-Lei nº. 310/2002, de 18 de Dezembro.

7. As lojas de conveniência poderão funcionar até às 2 horas de todos os dias da semana;

8. No caso de estabelecimentos comerciais situados em Centros Comerciais, aplicar-se-á o seguinte horário de funcionamento:

- a) Abertura : 8 horas;
- b) Encerramento: 24horas;

9. Os arraiais organizados por associações desportivas, recreativas e culturais do concelho poderão funcionar nos horários seguintes:

- a) até às 24 horas, quando decorram ao ar livre;
- b) até às 02 horas, nas demais situações e desde que não perturbem os habitantes da envolvente.

10. Exceptuam-se dos limites fixados nos números anteriores:

- a) Os estabelecimentos situados em estações e terminais rodoviários, ferroviários, aéreos ou marítimos, bem como postos abastecedores de combustível de funcionamento permanente;
- b) As farmácias indispensáveis ao serviço público, conforme escala de abertura aprovada nos termos do nº 2 do artigo 36º do Decreto-Lei nº. 409/71 de 27 de Setembro;

## **ARTIGO 5º**

*h*





#### **Períodos de Funcionamento – situações excepcionais**

1- O Presidente ou o Vereador com competência delegada, poderá alargar os horários fixados no n.º 1 do artigo 4.º, a pedido dos interessados, desde que se verifiquem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Considerar-se tal medida justificada face aos interesses dos consumidores, nomeadamente quando a mesma venha a suprir carências no abastecimento de bens ou de prestação de serviços, contribuir para a animação e revitalização do espaço urbano ou contrariar tendências de desertificação da área em questão;
- b) Situaem-se os estabelecimentos em zonas da cidade onde os interesses de determinadas actividades profissionais o justifiquem, designadamente zonas com forte atracção turística ou zonas de espectáculos e/ou animação cultural;
- c) Sejam respeitadas as características socioculturais e ambientais da zona e a densidade da população residente, bem como as características estruturais dos edifícios, condições de circulação e estacionamento;
- d) Sejam rigorosamente respeitados os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito dos residentes em particular e da população em geral à tranquilidade, repouso e segurança.

#### **ARTIGO 5.º. A**

##### **Requisitos do Regime de Funcionamento Alargado**

1. Sob pena do espaço ter que encerrar, ao público, às 24 horas, o funcionamento de qualquer estabelecimento de restauração ou de bebidas que disponha de aparelho de som susceptível de produzir campo sonoro que viole o Regulamento Geral sobre o Ruído, no regime alargado, previsto no artigo antecedente, depende, cumulativamente, da observância das condições seguintes:

2.





- a) O estabelecimento tem que se encontrar dotado de um limitador/compressor com sonómetro integrador incluído ou limitador acústico com acesso remoto e registo de dados devidamente instalado no interior daquele e que restrinja devidamente o campo sonoro praticado no local;
- b) O limitador/compressor mencionado no ponto antecedente, de marca e modelo à escolha do proprietário/explorador do estabelecimento, deve, obrigatoriamente, conter um sonómetro integrador que permita o armazenamento de dados em cartão "SCD", este com autonomia mínima de 7 dias em captação contínua, devendo o equipamento registar leituras em intervalos de 2 minutos;
- c) O mencionado leitor, cuja aquisição e correcta instalação no estabelecimento é condição necessária da fruição dos períodos alargado e excepcional, tem que se encontrar em irrepreensível e regular funcionamento, durante todo o período em que o estabelecimento labora;
- d) O citado aparelho deve dispor de um adequado software de gestão e visualização, à distância, pela Polícia Municipal, dos campos sonoros dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de aparelhos musicais, o qual deve permitir que aqueles Serviços efectuem a verificação, em tempo real, dos campos sonoros efectivamente praticados no local; assim como a visualização do histórico dos respectivos registos;
- e) Quando adquirido após o mês de Abril de 2012, o aparelho limitador compressor deve, igualmente, apresentar um nível sonoro que registe em memória interna e contenha em display digital externo o valor do nível sonoro instantâneo no estabelecimento, bem como as características seguintes:
  - e1) permita monitorização e parametrização remota;
  - e2) seja compatível com portal telemático disponibilizado pelo Município;

4.



- e3) permita o ajuste da limitação global ou por bandas de frequência;
  - e4) tenha microfone incluído que seja passível de ser calibrado com calibrador sonoro standard;
  - e5) efectue registo simultâneo do nível SPL, e Leq tanto por microfone como por entrada de linha para efeitos de comparação e análise em gráfico;
  - e6) entrada de microfone dupla que permita fazer dois registos em simultâneo;
  - e7) permita conexão ao sistema de alarme de incêndios tendo a possibilidade de cortar o som e passar mensagem de evacuação em caso de incêndio.
- f) Relativamente aos equipamentos que não permitam uma leitura de dados em tempo real (ou seja, os adquiridos antes de Abril de 2012), o explorador do estabelecimento tem que facultar, semanalmente, ao Município de Albufeira, a leitura e gravação do cartão do limitador, sem quaisquer restrições, mediante envio dos correspondentes dados, por correio electrónico ou através de deslocação aos competentes Serviços Municipais. Neste caso, o cartão será imediatamente devolvido ao interessado. Os dados e informações lidas e copiadas ficarão propriedade do Município de Albufeira, para todos os efeitos legais; nomeadamente, para consulta e processamento dos competentes serviços camarários e entidades policiais. Este regime de exceção não poderá, em caso algum, perdurar para além de 01 de Junho de 2013; data em que, irremediavelmente, todos os estabelecimentos terão que deter condições para que se processe a leitura de dados do equipamento em tempo real;
- g) No que respeita aos equipamentos adquiridos após Abril de 2012, o software referido deve, nomeadamente, permitir que a Polícia Municipal efectue a gestão do controlo documental das actividades; controle as incidências nos sistemas de som; fiscalize e controle, em tempo real e de forma documentada, as actividades realizadas no estabelecimento; controle

2



os níveis dos campos sonoros praticados; bem como efectue o controlo do cumprimento escrupuloso dos horários de abertura e encerramento do estabelecimento. Ressalva-se que, enquanto o Município de Albufeira não possuir a plataforma informática que viabiliza a leitura de dados do cartão limitador, em tempo real, a comunicação dos dados, pelo explorador do estabelecimento àquela Edilidade, deve ser efectuada nos termos da alínea antecedente;

h) O explorador encontra-se desonerado do cumprimento da obrigação de comunicação de dados do cartão do limitador durante os períodos em que o estabelecimento se encontra encerrado, para o que deve avisar o Município de Albufeira dessa circunstância, com uma antecedência mínima de 8 dias;

i) Inexistência, sem qualquer excepção, de colunas e demais equipamentos de som, instalados no exterior do estabelecimento ou nas respectivas fachadas; assim como de quaisquer emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projectem sons para as vias e demais lugares públicos;

j) Durante o período de funcionamento, sempre que decorra qualquer actividade ruidosa permanente ou temporária no interior do estabelecimento, as portas e janelas devem encontrar-se encerradas;

3. A análise e verificação que o Município de Albufeira realiza, quer por via do software de gestão e visualização dos campos sonoros em tempo real, quer pela leitura dos dados registados no cartão do limitador/compressor, nos termos do disposto nas alíneas do número anterior, destina-se a fiscalizar o estrito cumprimento do campo sonoro a ser fixado tendo em atenção o Estudo elaborado para o efeito, intitulado Programa de Monitorização do Ruído produzido pelos estabelecimentos de restauração e de bebidas do concelho de Albufeira, suas revisões e adaptações anuais; cujas conclusões vinculam os respectivos destinatários.

h



4. Sem prejuízo das obrigações que oneram os proprietários e exploradores de estabelecimentos, nos termos dos números anteriores, o Município de Albufeira, através dos respectivos serviços de fiscalização, reserva-se o direito de realizar aleatórias acções inspectivas, para apuramento do cumprimento de tudo quanto estatuído neste Regulamento, devendo o interessado facultar, em qualquer momento e sem restrições, o acesso ao equipamento.

#### ARTIGO 5º B

##### Requisitos do Regime Excepcional e Precário

1. Sendo obrigatórios os requisitos do regime alargado previsto neste regulamento, só podem beneficiar do regime excepcional e precário aqueles estabelecimentos que:

a) No mês imediatamente anterior ao período pretendido, não lhes tenha sido levantado qualquer auto de contra – ordenação nos termos da alínea c) do nº 1 do Art. 12º;

b) Em que não se verifique qualquer das situações previstas no nº 2 do Art. 6º deste Regulamento.

2. O interessado poderá suprir a ausência do requisito mencionado da alínea a) do número anterior, se exercer o seu direito de defesa nos termos gerais de direito e desde que desta resulte indiciária e objectivamente a não verificação da violação do requisito supra ou no caso de ter confessado os factos do auto de transgressão, resulte uma justificação legal e atendível.

#### ARTIGO 6º

##### Restrição do Horário de Funcionamento

5.



1. O horário de funcionamento fixado para certo estabelecimento, nos termos dos normativos antecedentes, pode ser restringido, a qualquer momento, pela Câmara Municipal de Albufeira, mediante decisão fundamentada, tendo em consideração, nomeadamente, os interesses dos cidadãos residentes, o direito destes à tranquilidade e ao repouso; as expectativas dos consumidores e dos grupos económicos com interesses directos na zona da restrição, bem como as novas necessidades de ofertas turísticas e imperativos de revitalização da zona em presença.

2. Constitui, nomeadamente, fundamento automático de restrição do horário de funcionamento do estabelecimento, a formalizar mediante decisão do Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, com a faculdade de delegação:

- a) a existência pontual ou reiterada de colunas ou quaisquer outros equipamentos de som, no exterior ou nas fachadas do estabelecimento;
- b) a verificação regular de portas e janelas abertas, durante a produção de actividades ruidosas permanentes ou temporárias no interior do estabelecimento;
- c) a existência de quaisquer emissores, amplificadores e quaisquer outros aparelhos sonoros (como sejam, aparelhagens, equipamentos áudio e colunas) que projectem sons para as vias e demais lugares públicos;
- d) o incumprimento do horário de funcionamento afixado no local, assim como do constante em licença especial de ruído que para o espaço tenha sido concedida;
- e) quando exigível para o espaço em questão, a inexistência ou incorrecta (ou fraudulenta) instalação do limitador/compressor com sonómetro integrador incluído;
- f) quem, quando detentor do cartão SCD, violar a obrigatoriedade de se deslocar à polícia municipal ou outra entidade a designar para facultar a

2.





leitura daquele, nas condições e periodicidades que, em concreto, tiverem sido fixadas pela Câmara Municipal, para o estabelecimento em questão;

3. A decisão referida no número antecedente será precedida de audição escrita dos sindicatos, das associações patronais, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe.

#### **ARTIGO 7º**

##### **Audição prévia do interessado**

A decisão de restrição do período de funcionamento do estabelecimento é precedida de audiência prévia do proprietário e do explorador daquele, aos quais serão concedidos 10 dias (úteis e improrrogáveis) para pronúncia, sem prejuízo do disposto no nº. 3 do artº. 27º, do Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, em caso urgente.

#### **ARTIGO 8º**

##### **Mera Comunicação Prévia**

1. O titular da exploração do estabelecimento, ou quem o representar deve proceder à mera comunicação prévia do respectivo horário de funcionamento, bem como as suas alterações, no “Balcão do Empreendedor”, dentro dos limites previstos no artigo 4º.
2. O título comprovativo da mera comunicação prévia do horário de funcionamento, bem como das suas alterações, corresponde ao comprovativo electrónico de entrega no “Balcão do Empreendedor”.
3. Cada estabelecimento comercial deverá afixar o mapa do horário de funcionamento em local bem visível do exterior.
4. No entanto, enquanto o respectivo expediente electrónico, previsto na Portaria nº 131/2011, de 04 de Abril, não estiver activo, o titular da





exploração do estabelecimento, ou quem o representar terá que assegurar a comunicação do horário de funcionamento e suas alterações, ao Município de Albufeira.

#### **ARTIGO 9º**

##### **Proibição de permanência de pessoas no estabelecimento**

Durante o período em que o estabelecimento está encerrado é expressamente proibida a permanência de quaisquer utentes ou clientes, bem como de quaisquer pessoas que não façam parte do respectivo pessoal, salvo situações excepcionais, motivadas por circunstâncias não imputáveis aos proprietários ou exploradores dos espaços.

#### **ARTIGO 10º**

##### **Jornada Laboral**

A duração semanal e diária do trabalho estabelecida na Lei, em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou no contrato individual de trabalho será observada, sem prejuízo de período de abertura dos estabelecimentos.

#### **ARTIGO 11º**

##### **Fiscalização**

A fiscalização do escrupuloso cumprimento do preceituado no presente regulamento incumbe aos serviços municipais de fiscalização, assim como à polícia municipal, devendo o explorador ou o responsável pelo estabelecimento no local, colaborar em tudo quanto possível, facultando o acesso a todos os espaços e equipamentos, sem restrições.

h.



## **ARTIGO 12º**

### **Contra-Ordenações**

1. Sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal, são puníveis como contra-ordenação:

- a) o não cumprimento da obrigação de afixação do mapa de horário, tal qual prevista no artº. 8º. n.º. 3 do presente regulamento;
- b) o funcionamento do estabelecimento para além do respectivo horário de laboração que lhe estava fixado, nos termos do presente;
- c) o incumprimento do campo sonoro fixado no Estudo realizado pelo Município - Programa de Monitorização do Ruído produzido pelos estabelecimentos de restauração e de bebidas do concelho de Albufeira - suas revisões e adaptações anuais, apurado na sequência da verificação dos registos do cartão do sonómetro;
- d) a violação de qualquer norma prevista no presente regulamento, para a qual não exista outra sanção;

2. A tentativa e a negligência são puníveis.

3. A competência para determinar a instauração dos processos de contra-ordenação, para designar o instrutor e para aplicar as coimas, pertence ao Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de delegação e sub-delegação.

4. As receitas provenientes da aplicação das coimas revertem para a Câmara Municipal de Albufeira.

## **ARTIGO 13º**

### **Coimas e sanção de encerramento**

5



1. A contra-ordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo antecedente, é punível com coima de Euros 150,00 a Euros 450,00, para pessoas singulares e de Euros 450,00 a Euros 1.500,00, para pessoas colectivas.
2. A contra-ordenação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo antecedente, é punível com coima de Euros 250,00 a Euros 3.740,00, para pessoas singulares e de Euros 2.500,00 a 25.000,00, para pessoas colectivas.
3. Em caso de reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infracção o justifique, para além das coimas previstas nos números anteriores, pode ser aplicada a sanção de encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a três meses e não superior a dois anos.

#### **ARTIGO 14.º**

##### **Sanções Acessórias**

1 - Para além das coimas previstas nos números anteriores, quando a gravidade da infracção o justifique ou em caso de reincidência, poderão ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) alteração do horário de funcionamento do estabelecimento, com determinação de encerramento às 2 horas, durante os 30 dias subsequentes;
- b) alteração do horário de funcionamento do estabelecimento, com determinação de encerramento do mesmo às 24 horas, durante os 30 dias subsequentes.

#### **ARTIGO 15.º**

##### **Período mínimo de laboração**

1 - Os proprietários deverão manter os seus estabelecimentos abertos no mínimo dez meses por ano, com os serviços mínimos de acordo com as exigências da região turística que estamos inseridos e assim manter a cidade em pleno funcionamento todo o ano.

4.



2 - Dever-se-á estabelecer regras entre os proprietários para que não se encerre todos os estabelecimentos em determinada artéria/rua em simultâneo, devendo existir uma “sequência” “alternada”.

#### **ARTIGO 16º**

##### **Normas supletivas**

Em todo o omissivo no presente regulamento aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei 48/96, com as subsequentes alterações.

#### **ARTIGO 17º**

##### **Alterações**

As futuras alterações ao presente regulamento serão inseridas no local próprio, devendo ser sempre efectuadas por meio de substituição dos artigos alterados, supressão dos revogados ou aditamento dos novos.

#### **Art. 18º**

##### **Disposição Transitória**

1.- O disposto Artigo 5º B entra em vigor em simultâneo com a entrada em vigor das disposições que pressupõem a integral implementação do « Balcão do Empreendedor », como previsto no Decreto – Lei nº 141/2012 de 11 de Julho.

2.- Até à entrada em vigor do « Balcão do Empreendedor », como previsto no Decreto – Lei nº 141/2012 de 11 de Julho, o funcionamento em regime excepcional e precário, previsto na alínea c) do nº 3 Art. 4º, é sempre precedido de pedido do interessado à Câmara Municipal, que só o

5



concederá se entender existirem razões de interesse público, designadamente a animação nocturna e o período turístico em causa, devendo ser requerido dentro dos cinco dias úteis que antecedem o mês pretendido e devendo ser decidido no prazo de dois dias úteis, nos termos do anexo 2.

#### **ARTIGO 19º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento e suas alterações entram em vigor no dia imediatamente subsequente à respectiva publicação no Diário da República.

h.



**Anexo**

**PERÍODO DE FUNCIONAMENTO**

**ESTABELECIMENTO** \_\_\_\_\_

**ACTIVIDADE COMERCIAL** \_\_\_\_\_

**Abertura** \_\_\_\_\_ horas

**Encerramento** \_\_\_\_\_ horas

**Encerramento Semanal**

\_\_\_\_\_  
**Interrupção Temporária das** \_\_\_\_\_ **às** \_\_\_\_\_ **horas**

**DATA**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**O Titular do Estabelecimento**

\_\_\_\_\_

4





**Anexo 2**

**HORÁRIO**

de

Funcionamento em regime excepcional e precário

**ANO:** \_\_\_\_\_

**MÊS:** \_\_\_\_\_

**BAR**

**Designação:** \_\_\_\_\_

**Local do Estabelecimento:** \_\_\_\_\_

**Titular do Estabelecimento:** \_\_\_\_\_

**NIPC:** \_\_\_\_\_ **CAE da actividade** \_\_\_\_\_

**Morada:** \_\_\_\_\_

**ABERTURA:** 09 horas

**Encerramento:** 04 horas

**O Titular do Estabelecimento**

\_\_\_\_\_

(espaço destinado à Câmara Municipal de Albufeira)

4.

Presidente da Assembleia: "Em alteração fundamentalmente, começando logo na página três em que o último parágrafo, e até final da introdução da nota justificativa, eu escrevi constituição grave do interesse público que alguns bares, sem quaisquer condições acústicas e funcionando de portas e janelas abertas, utilizam os seus aparelhos sonoros de forma abusiva, causando incomodidade a transeuntes, ou comerciantes e residentes vizinhos, os quais não podem beneficiar do regime de funcionamento em regime excepcional e precário, em prejuízo do bom ambiente de



Albufeira, dos próprios colegas e das outras actividades económicas do concelho, independentemente das sanções que lhes possam ser aplicadas. -----

Vitor Clemente: "Convém informar que segundo a página três não é da proposta da Câmara, é da proposta do Sr. Presidente."-----

Presidente da Assembleia:" Sim, sim, isto é na parte preambular, a primeira alteração que eu tenho aqui, altero no artigo quarto número três, introduzo uma alínea, que é a alínea c), que é diferente da que havia. No da Câmara, nós temos aqui postos em pé de igualdade, os estabelecimentos de restauração ou bebidas denominados por bares, casas de fados e estabelecimentos análogos, a lei não esclarece devidamente isto, daquilo que eu li, fala em snack-bares de um lado, e noutro fala de casas de fados. Em lado nenhum está a denominação bares. E eu entendo que, os bares muitas vezes são aqueles estabelecimentos que não tendo uma vocação inicial ou de licenciamento para actividades ruidosas, não tem aquela história toda, de isolamentos, acústico, aquela coisa toda, mas no fundo funciona dessa maneira, eu entendo que se aproximam mais no seu conceito originário do conceito snack-bar do que do conceito discoteca ou disco, no seu conceito originário. E então alterei também a alínea b), que em vez de ser um regime alargado, ir até às quatro, eu ponho até às duas, na alínea b). Retirei para o número quatro onde estavam os estabelecimentos designados por bares passou a ser só por bares, e mandei as casas de fado e os estabelecimentos análogos para o número quatro, juntamente com os clubes, cabarés, boates e "dancings". Ou seja, como está agora, o funcionamento normal dos bares ficaria o normal, não alterei, das nove às vinte e quatro, no b) passei o alargado reduzi das quatro para as duas. E criei um novo, que será a alínea c) será o funcionamento em regime excepcional e precário com abertura às nove e encerramento às quatro, concedido com um limite máximo de um mês do calendário legal e caducando automaticamente no final de cada mês, aplicando-se a este regime todas as regras do regime alargado previsto na alínea anterior. O número quatro, as casas de fados e estabelecimentos análogos ficaram juntos então aos "cabarés" e "boîtes". Isto vai dar azo à introdução de um artigo quinto B) em que eu digo aqui que sendo obrigatório os requisitos do regime alargado previsto neste regulamento, só podem beneficiar do regime excepcional e precário aqueles estabelecimentos que: a) no mês imediatamente anterior ao período pretendido, não lhes tenha sido levantado qualquer auto de contra-ordenação nos termos da alínea c) do número um do artigo doze. São apenas questões de ruído. E alínea b) em que não se verifique qualquer das situações previstas no número dois do artigo seis deste regulamento, onde estão mencionadas obrigações para os senhores empresários. Depois, põe-se aqui uma questão que é dar também a possibilidade do interessado poder suprir a ausência do requisito mencionado na alínea a) do número anterior, portanto no caso só de um mero auto de contra-ordenação também poderá



eventualmente ser abusivo se exercer o seu direito de defesa nos termos gerais de direito e desde que desta resulte indiciária, não é preciso estar provado, que isso só será feito no final com julgamento, mas pelo menos na defesa constar, com factos, indiciária objectivamente a não verificação da não violação dos requisitos supra ou no caso de ter confessado os factos do auto de transgressão, resulte uma justificação legal e atendível. Portanto, das duas uma, ou há uma negação completa do que sucedeu, devidamente justificada, ou existe uma justificação legal para o que aconteceu. Parece-me que a posição da Assembleia é melhor, agradeço que todos leiam com atenção. Isto também foi feito hoje, depois isto deu aso a mais uma alteração, que é o artigo, está o dezasseis, normas supletivas, está o dezassete alterações, depois este dezoito passa a ter uma exposição nova, e o último a entrar em vigor passa a ser o dezanove. E eu aqui ponho, que o exposto no artigo quinto B) entra em vigor em simultâneo com a entrada em vigor das disposições que pressupõem a integral implementação do «Balcão do Empreendedor», como previsto no Decreto-Lei número cento e quarenta e um barra dois mil e doze de onze de Julho. Até entrada em vigor do «Balcão do Empreendedor», como previsto no Decreto-Lei número cento e quarenta e um barra dois mil e doze de onze de Julho, o funcionamento em regime excepcional e precário, previsto na alínea c) do número três, artigo quatro, é sempre precedido de pedido do interessado à Câmara Municipal, que só o concederá se entender existirem razões de interesse público, designadamente a animação nocturna e o período turístico em causa, devendo ser requerido dentro dos cinco dias úteis que antecedem o mês pretendido e devendo ser decidido no prazo de dois dias úteis, nos termos do anexo dois. Depois pus aí um anexo (dois) para ser uma coisa simples de se fazer. Porquê que eu ponho aqui esta disposição transitória, e antes ponho um regime? Eu próprio tenho algumas dúvidas em relação a isto tudo. Agora há uma coisa que eu não tenho grande dúvida, que é, pelo menos na minha opinião, que tem de ser posto de alguma forma, alguma disciplina, já não estou a dizer, entrar logo a matar, mas alguma disciplina e criar um desincentivo para que se verifiquem os altos graus de poluição sonora que verificamos na nossa terra. Isto prende-se, eu tenho aqui a questão do licenciamento zero, que de certa forma vem proibir a emissão, pelo município, de licenças, portanto hoje, naquela previsão tudo se baseia na comunicação prévia, mas também pressuponho o «balcão do empreendedor», e veio recentemente, aqui este decreto que saiu em onze de Julho, que vem dizer que tudo o que esteja relacionado com questões do «balcão do empreendedor» será prorrogado em termos de entrada em vigor por mais um ano. É o que eu leio, agora se estou a ler mal ou estou a ler bem não sei. Eu tenho dúvidas, parece-me que as alterações que proponho não tenho receio de as votar, mas quero alertar para, enfim, o que está aqui na lei, não quero de forma alguma que alguém possa não decidir em consciência. Eu pessoalmente, partilho da



opinião que isto está suspenso por mais um ano, a questão do «balcão do empreendedor». Daí que, a cláusula é meramente transitória, ou seja, para funcionar este ano. E isto tem um motivo a redacção evita de certa maneira o recurso aos tribunais como forma de suspender qualquer deliberação porque, aqui como é precário e só tem prazo de um mês, pelo menos a essa sanção a pessoa fica sujeita. Pelo menos essa, de uma redução ou para as duas, as restantes que houverem, pois isso será reunir num foro normal. Agora nós ao fazermos alguma coisa, quem estiver de acordo com isso, em relação a alguma disciplina da vida nocturna, ou corremos o risco de qualquer dia Albufeira ter um turismo que se calhar não é aquilo que nós queremos porque o que se está agora aí a passar, que eu tenho ouvido pelos dois lados e há alguma perigosidade do que se está a passar com as operações de canalização para cá de jovens apenas, que depois secam o resto, que depois afugentam os outros clientes, os tais clientes de família, que são tradicionais em Albufeira, não é mau que eles venham para cá, mas não é bom que eles afastem os clientes, outros clientes. E no dia que essa operação acabar em Albufeira depois ficamos sem ninguém. É isto que eu tenho ouvido aí no "muro" e penso que nós devemos tomar uma posição sobre isto. Penso que temos um bocado essa responsabilidade, não podemos ficar impávidos e serenos, como se não estivesse a acontecer nada à nossa volta." -----

Francisco Calhau: "Permita-me só que peça esclarecimento aqui na redacção do ponto dois do artigo quinto B. Parece-me que há uma dupla negação."-----

Presidente da Assembleia: " É provável que esteja com vícios que eu fiz isto hoje, eu por acaso quando estava a ler também me pareceu. A não verificação da não violação, está aqui um não a mais, portanto será riscar o não antes de violação, na penúltima linha do número dois." -----

Francisco Calhau: "Gostaria de dizer que estas exposições e estas alterações ao regulamento visam efectivamente tentar não dificultar mas sim clarificar o funcionamento de um sector de actividade que é crucial em Albufeira."-----

Presidente da Assembleia: " Queria chamar a atenção para um outro ponto onde eu também mexi e falhou, porque aqui não mexi em nada, excepto, introduzir, escrever o que está na Lei, que é no artigo sexto número três. Eu acrescentei aí apenas a expressão "e a Junta de Freguesia onde o estabelecimento se situe." É transcrição da lei." -----

Francisco Oliveira: " Eu estive a analisar esta situação até com um jurista da Câmara e estivemos a verificar esta situação e a compará-la com a questão do "licenciamento zero", e de facto a grande dificuldade que aqui se verifica, e compreendendo a posição e até estou de acordo com a posição é que a verdade, a limitação do horário por violação por este tipo de situação só pode ser imposta caso haja aqui impugnação dessa decisão por parte do Município só pode ser imposta por via do tribunal, portanto a



autoridade administrativa, neste caso a Câmara Municipal não tem autoridade para, automaticamente, restringir esse direito e mesmo, efectivamente só pode ser imposto, e foi essa a dificuldade que encontramos, encontramos sempre essa dificuldade, uma vez que o "Licenciamento Zero" não implica a licença, aliás implica uma primeira comunicação e como tal tínhamos até sugerido outras soluções que era no inverno, poder eventualmente abrir até mais cedo ou mais tarde em conformidade, ou poderem abrir durante dez ou doze meses. Toda uma série de benefícios ou restrições em função do comportamento, neste caso do utente. E a questão que sempre nos foi levantada foi exactamente esta, de facto não discordo da questão que está aqui a ser colocada mas como jurista verifico que o seu alcance prático sinteticamente ao haver um recurso ou então impugnação judicial acaba por ser meramente, eu diria, irrisório, e como a Câmara Municipal não tem poder de, efectivamente, encerrar e terá de ser feito através de decisão judicial acabamos por estar, ainda para mais, tendo em consideração, infelizmente, que estas coisas acontecem no verão, quando temos as férias judiciais e portanto o recurso de impugnação entra e suspende efectivamente, uma vez que não transita em julgamento. Mais uma vez concordando com a essência e impondo algumas restrições vimos enorme dificuldade em ter mecanismo célere que pudesse efectivamente permitir essa situação e foi essa a questão que na altura nos levou em conversa a não vermos solução prática, eficiente e rápida perante uma situação de incumprimento por parte deste regulamento." -----

Presidente da Assembleia: "Foi precisamente com base nisso, nessa dificuldade que esta redacção tem, para poder ter um efeito prático. Nós aqui não estamos a aplicar uma sanção, não estamos a dizer o senhor portou-se mal logo fica sancionado com redução de horário, não! Foi precisamente, vendo essa dificuldade que eu vou para outro mecanismo, vou para um mecanismo que não está proibido, que é dizer que a redução de horário é precária por períodos do mês e justificável por razões de ordem e natureza pública. Designadamente o turismo, designadamente a animação nocturna. Portanto, o que se pode verificar, neste caso, é sempre a eficácia da deliberação, ou seja, da não deliberação, porque a deliberação será sim prorrogar o prazo, porque se não houver ele caducou no mês passado. Ou seja, se eu este mês der motivos, tem de haver motivos fundados, e da parte de quem não renove e defere a prorrogação do tal prazo terá que haver uma cautela e um critério de justiça muito grande, tem de ser. Tem que se fundar fundamentalmente nisso, e o que se passa é a não renovação de um horário precário que caducou e portanto, no regime agora transitório, já no requisito da comunicação prévia tem aqui condições, a pessoa tem de vir declarar sob pena de cometer crime de falsas declarações, que isto está tudo cumprido, mas agora uma vez que a coisa ainda está suspensa, a transitória faz isto de outra maneira, basta a verificação face ao pedido de que o rapaz tem dois ou três autos, ou aquela zona está





um caos completo para, por razões de, está aqui no artigo dezoito número dois, é sempre precedido de pedido do interessado à Câmara Municipal, que só o concederá, não tem obrigação nenhuma de o conceder, se entender existirem razões de interesse público, designadamente a animação nocturna e o período turístico em causa, portanto por aqui podem ir discutir para tribunal, podem, mas a verdade é que isto entrou em vigor imediatamente. Mas aqui funciona ao contrário. Em vez de ser a Câmara estar à espera da tal decisão, não, eles é que têm de estar à espera da tal decisão, em vez de a medida ter efeitos práticos daqui a dois anos, tem imediatamente e a decisão vem daqui a dois anos. Agora esta sanção, que não é sanção, note-se, está posta aqui como não sanção. Tem de ser! A rapaziada aí, os advogados, são habilitados mas nós também somos, também somos advogados. Se eles conhecem os truques, a gente também conhece, e portanto a única forma que há é irmos por este licenciamento precário temporal, coincide no tempo com um mês." -----

Francisco Oliveira: " Senhor Presidente, o problema do "Licenciamento Zero" é que não atribui prazos, de facto não atribui prazos, e pela leitura do licenciamento zero, o que se diz é que basta uma comunicação prévia e que a mesma não é renovável, é uma comunicação prévia e portanto com esse "licenciamento zero", e com essa comunicação prévia, até que a mesma seja revogada, e tem de ser revogada com o respectivo fundamento não há obrigatoriedade de vir cá e pedir a renovação, e essa é outra das questões, questão colocada também nas soluções era por um prazo de um ano, prazo de seis meses para que efectivamente pudesse haver até renovação da licença, como em algumas situações há, portanto paga-se uma determinada licença durante um ano, nesse caso concreto não, há deliberação prévia, há um cumprimento dos requisitos, e basta que haja o cumprimento dos requisitos para que não haja problema e continue essa autorização, agora não há é efectivamente prazos, e como não há prazos, não há obrigatoriedade, isto na minha interpretação relativamente ao "licenciamento zero" de vir cá todos os meses fazer um pedido novo, uma vez que já fez um e portanto o licenciamento zero não obriga a que venha todos os meses."-----

Presidente da Assembleia: " Mas aí eles têm o regime, não querem vir cá todos os meses, têm um regime das duas horas, está lá, o regime das horas está lá, são livres, vamos lá ver. A questão reside aqui, e eu também tenho algumas dúvidas em relação às questões de "licenciamento zero", não sei quando é que vai entrar em vigor, já era para ter entrado mas ainda não entrou. Já entrou em vigor, mas esta área, tudo o que diz respeito ao «Balcão do Empreendedor» está suspenso por mais um ano. O Decreto-lei cento e quarenta e um de dois mil e doze de onze de Julho, é deste mês, que diz" o presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei número quarenta e oito de dois mil e onze, de um de Abril que simplifica o regime de acesso e de diversas actividades económicas do âmbito de iniciativa do "Licenciamento Zero", prorrogando a





duração da fase experimental e diferindo, por um ano, o prazo limite para a plena produção de efeitos das disposições que pressupõem a integral implementação do «Balcão do Empreendedor». Depois alteram o artigo quarenta e dois que diz no número dois "A aplicação das disposições do presente Decreto-lei pressupõem a existência do «Balcão do empreendedor» a todos os estabelecimentos e actividades referidas nos números um a três e cinco do artigo dois e no artigo sexto deve ocorrer até ao termo do prazo de dois anos, a contar da data da sua entrada em vigor." Significa, que neste momento isto está suspenso. É o que eu leio daqui, inicialmente o próprio decreto suspende por um ano, e este agora prorroga o prazo por mais um ano, e altera este artigo onde estava escrito um ano passa a estar escrito dois anos. Nesta fase, não me parece que não se possa fazer assim, porque no outro que, aliás também vem no "licenciamento zero", aquela parte do horário dos funcionamentos temos a faculdade de o fazer. E estando o "licenciamento zero" nesta fase daí que eu faço incidir esta disposição com a entrada em vigor, na integra, do «Balcão do Empreendedor». Quando isso acontecer esta faculdade desaparece, tem de ser integrada já na parte dos requisitos, e aí sim já se sujeita a muitos mais formalismos."

Francisco Oliveira: "A questão que eu aqui vejo é juridicamente a inversão do ónus, não necessariamente o ónus da prova mas o ónus da aplicação da medida." -----

Presidente da Assembleia: "Não, não há, nós estamos a fixar para as duas horas. Nós temos liberdade de fixar qual o horário que queremos. Nós estamos a dar o alargamento, que é diferente. A fixação vai até às duas, ninguém está a rescindir as duas, acima disto é que há um precário. É acima, quem quiser está no horário normal está, não é obstáculo nenhum. Agora quem quiser ir para além dele é que tem de vir a este "jogo", e para ter direito tem de estar de acordo com o interesse público. Tão simples como isso. Porque o horário das duas está aí, e está de acordo com a Lei, agora se eu pusesse os bares junto às casas de fado e clubes nocturnos e tal e tal, conforme veio no regulamento da Câmara, aí já não, aí é quatro, só que eu autonomizei-o, já que na lei não ponho num lado nem noutro, autonomizei. É só isso." -----

Vitor Clemente: "Na parte deste regulamento e tendo junto da comissão que tratassem de alguma maneira, é porque há zonas e zonas ou há ruas e ruas, e as coisas deviam ser tratadas mais nesse termo para aquilo que o senhor presidente sita e é um facto, é que disciplina global é uma, zona a zona já as coisas são um bocadinho diferentes. Isso devia ser um trabalho que ao longo destes anos já devia ter sido colocado em termos de regulamento e irmos experimentar. Não é restringir, ou beneficiar de um para o outro, não, situações de igualdade, o caso mais concreto que nós temos, há quem diga felizmente há quem diga infelizmente, quem tem este tipo de actividade, em algumas zonas, zonas das Areias de São João, Avenida Sá Carneiro, uma zona problemática, é uma zona que hoje está a requerer gastos enormes que sai para



todos nós, que é a segurança, depois há os bares aqui em baixo, é uma situação de reforço de segurança, estamos aqui neste preciso momento com dois polos bem definidos, então vamos tratar daqueles dois polos de uma maneira em que haja o envolvimento de todos os estabelecimentos, e não só o comércio do bar os outros também, que haja um envolvimento para saber de facto aquilo que querem. E depois não venham mais tarde dizer olhe que eu não consigo dormir, olhe que eu não consigo isto."

Luis Fernandes: "Concordando com a proposta apresentada tomei alguma atenção ao artigo décimo quinto que eu considero de maior importância social. Esses dois pontos que são colocados aqui neste artigo, penso eu, que iriam concretizar o bom funcionamento da cidade, socialmente traria mais emprego, que é um grande problema, e enfim, é uma posição que eu sempre defendi. No entanto, na redacção dos dois pontos deste artigo salta-me aqui duas questões a colocar. A primeira, se isto será uma mera recomendação ou será necessário ir para aplicação? E no caso de ser para aplicação se a Câmara Municipal terá meios de aplicar este artigo, penso que se isto fosse possível fazer, seria meio caminho andado para muitos problemas da cidade."----

Presidente da Assembleia: "Dando-lhe uma resposta, já agora, eu daquilo que li parece-me mais uma parte educativa, que já é bom pelo menos a introdução aqui porque também, e daí nós termos a faculdade de amanhã por iniciativa própria podermos torna-la não só educativa. Portanto, isto tem de começar de alguma maneira, e eu quando vi isto aqui fiquei muito satisfeito, porque tem esse tal factor social muito importante, não só o factor social, mas também o factor empresarial, porque Albufeira se estiver toda fechada, um turista que caia cá dentro reza a todos santinhos para que o avião venha depressa para se ir embora daqui. E cada vez a sazonalidade de que todos nos queixamos cada vez é mais deprimente, e com tudo o que isso acarreta, desde focos de pobreza, a desemprego, sei lá que mais." -----

Carlos Lima: "Boa noite, eu começava por este ponto, e acho que é interessante estar colocado mas eu também já fui confrontado por alguns proprietários com esta situação, e o que eles diziam era quem é que vai pagar aos funcionários para eles terem a casa sempre aberta? O problema que há, manter a casa aberta, durante doze meses, quando sabemos que há três ou quatro meses que, infelizmente, as coisas não funcionam. Portanto, eu acho bem que esteja aqui, e houve muita gente que já me perguntou: "então e quem é que paga aos meus funcionários durante os meses que não aparece cá ninguém para eu estar os dez meses aberto?" E eu tentei explicar, e a filosofia é esta, a intenção é dinamizar, e parece-me que é neste sentido que isto aqui está. E eu concordo que esteja aqui. No âmbito da comissão que tentou fazer algumas alterações e fazer este regulamento coloquei algumas questões, e uma delas foi precisamente o que o Vitor acabou de dizer, é que esta Albufeira não é toda igual, tem zonas completamente distintas, e estamos aqui a fazer um regulamento, que pode ser



muito redutor, para se calhar noventa por cento dos comerciantes de Albufeira, que não tem nada a ver com estas duas zonas problemáticas, portanto o que eu coloquei foi a questão de: como é que se pode exigir todo este tipo de maquinaria, ou um bar que está na periferia, que está em Paderne ou nas Ferreiras, que não chateia ninguém, não tem problemas nenhuns e vai ser confrontado, se calhar, com custos que são complicados. Penso que analisar isto com tempo, por zonas, por ruas, com outra atenção, e tratar de forma diferente o que é diferente pode ser que haja muito a ganhar. Essa situação de "se calhar", não foi acolhida porque não é uma coisa que se faça facilmente, e isto havia necessidade de avançar com este regulamento. De qualquer maneira acho que será uma temática que poderá ser levada para a frente, se a Câmara assim o entender. Depois há aqui duas questões fundamentais, do próprio regulamento, que me parecem contraditórias, e eu coloquei esta questão na comissão e não percebi bem a explicação. Mas se calhar fui eu que não percebi, e por isso é que vou perguntar aqui se sou eu que estou a ler mal ou se há aqui uma grande contradição neste regulamento, que é no artigo quarto, no regime de funcionamento, depois temos no número seis que diz: " as esplanadas e demais recintos, parcial ou totalmente, ao ar livre poderão funcionar até ao limite do horário do estabelecimento a que pertencem, sendo que as actividades ruidosas que naqueles decorram não poderão, em caso algum, perdurar para além das vinte e quatro horas" parece-me que os estabelecimentos que tenham esplanadas, as esplanadas têm o mesmo horário de funcionamento que o próprio estabelecimento, é isto que eu entendo. Mas depois indo aqui ao artigo quinto A, alínea i) que diz " inexistência, sem qualquer excepção, de colunas e demais equipamentos de som, instalados no exterior do estabelecimento ou nas respectivas fachadas, assim como de quaisquer emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projectem sons para as vias demais lugares públicos"; e alínea j) " Durante o período de funcionamento, sempre que decorra qualquer actividade ruidosa permanente ou temporária no interior do estabelecimento, as portas e janelas devem encontrar-se encerradas", portanto eu gostava de ver, a título de exemplo, o que se passa na rua dos bares ali em baixo, parece-me que são estabelecimentos com esplanada, parece-me que têm actividades ruidosas lá dentro, e parece-me que as janelas e portas estão sempre abertas. Portanto, o que é que se pretende disto? É que aquelas portas e janelas estejam fechadas a partir da meia-noite, que é o que está aqui, ou pretende-se que eles não cumpram o regulamento? Não sei o que é que vai acontecer, mas o que se pretende com isto, se é o que eu percebo, é que todos os bares que tenham actividades ruidosas, a partir da meia-noite se tiverem esplanadas têm que fechar as portas e janelas, e fechando as portas e janelas as esplanadas não podem funcionar. Eu não sei se há aqui uma contradição"-----



Presidente da Assembleia: " Eu acho que podem funcionar sem barulho, sem que esteja a passar barulho cá para fora." -----

Carlos Lima: " Mas aqui diz é que "durante o período de funcionamento, sempre que decorra qualquer actividade ruidosa permanente ou temporária no interior do estabelecimento, as portas e janelas devem encontrar-se encerradas;" e é o que acontece lá em baixo, eu não sei se o que se está aqui a escrever se enquadra com o que acontece lá em baixo. O que se pretende é alterar aquilo tudo. Eu coloquei esta questão na comissão, mas não é bem assim, eu não sei, fiquei sem perceber, explicaram-me bem mas eu não percebi, e esta contradição pode criar conflitos. Eu não sei o que é que a fiscalização vai fazer nesta situação, perante este regulamento, que actuação vai ter naqueles bares todos do jardim, da rua dos bares, todos os bares em Albufeira, no fundo são todos, têm esplanadas, têm portas e janelas abertas e têm música. Portanto, eu não percebo, por muito que tenham lá os delimitadores, essas coisas todas, aquilo tem colunas, tem som e ouve-se cá fora, ouve-se sempre, e aqui o regulamento diz que isso não é permitido, portanto era só este alerta, ou eu não percebo ou parece uma grande contradição, não é uma contradição no regulamento, é uma contradição com aquilo que acontece, e será que se pretende que este regulamento seja levado a sério e que seja isto que vá gerir aquelas zonas todas ou não. E parece-me que não é essa intenção tendo lá os equipamentos, o limitador de som e tendo isso tudo, parece que o que se pretende é que aquilo tenha um som que não venha cá para fora, não é o que diz aqui, aqui parece-me que mesmo que não venha cá para fora, desde que haja actividades ruidosas lá dentro, desde que haja música, as portas e janelas têm de estar fechadas, e se calhar até nem há barulho cá para fora. Mas não é o que diz aqui. É só este alerta que acho que devia deixar à consideração."-----

Presidente da Assembleia: " Aqui o que se pretende, pelo menos estou a ir ao preciosismo do que está escrito, mas resulta claro, que o que se pretende é o não barulho cá fora. Isso é o que eu percebo. A percepção que se pretende é essa, ou o mínimo de barulho cá fora, pelo menos atenuar substancialmente o que se passa actualmente. A minha opinião é que os regulamentos são para serem cumpridos." -----

Vitor Clemente: " Senhor Presidente, não acha que depois, em face daquilo que li, que não haja conflitos? A porta ou a janela irá abrir, ou irá ficar aberta?" -----

Presidente da Assembleia: " Vitor também há um limite na auto-estrada para Lisboa de cento e vinte quilómetros por hora, e há muita gente que não vai a cento e vinte." -----

Vitor Clemente: " Sim, mas fabricamos carros para duzentos. Sinto que de facto, é uma matéria que irá preocupar, mais a situação da fiscalização, que irá agir de acordo com a situação do Regulamento, e isso é coima, sobre coima, mais coima, enfim." -----



Presidente da Assembleia: " Eu acho que uma que poderá desincentivar bastante, pelo menos nesta fase, a excepcional e precária. Essa aí desincentiva, porque aí a situação do tribunal é o contrário."-----

Vitor Clemente: " Repare Sr. Presidente, há zonas. Nestas duas que à pouco falávamos, que o espaço interior são sessenta metros quadrados, e que estão à espera e sempre esperaram pelo licenciamento da esplanada que representa duas ou três vezes mais aquilo que têm lá dentro. Onde é que está o negócio dessas pessoas? Lá dentro? Não, o negócio deles está cá fora, e é por isso que eu chamo a atenção, para olharmos a isto, já somos maduros, já passámos por situações gravosas no que diz respeito a situações do ruído, já tivemos ao longo dos anos, pelo menos temos a obrigação de aprendermos um bocadinho e conjugar as situações. Se bem que, no que diz respeito àquilo que o Senhor Presidente apresenta, de certa maneira a alteração, quanto a isso concordo plenamente. Mas não invalida que haja um trabalho contínuo ou a nível da parte da Assembleia e com os técnicos da Câmara, contínuo."-----

Presidente da Assembleia: " Concordo absolutamente com isso." -----

Francisco Oliveira: " Para acrescentar a esta questão, não está em causa as alterações, a minha dificuldade é a possibilidade e exequibilidade destas mesmas decisões e nestas mesmas possíveis sanções. É essa a questão que eu vejo aí. De facto, uma coisa é valorizarmos por exemplo o que temos aqui o artigo quinze em que em vez de estar aberto durante dez meses e tentarem implementar todas essas regras, a questão aqui que eu coloco é: haverá possibilidade de a Câmara Municipal executar, uma vez que é uma entidade administrativa, essa mesma decisão? Como é que será executada? E não vou avançar com mais nada, essencialmente é essa a questão, e não discordo, continuo a dizer, efectivamente, que não discordo que ela esteja aqui, acho muito bem que esteja, mas como disse são conceitos mais jurídicos que propriamente legais e éticos e a possibilidade da força e da capacidade e da legitimidade que reporta esta sanção. Agora concordo plenamente com isto, aliás tentamos outras soluções, mas realmente depois pôr em prática, pode estar aqui no regulamento e depois ter o valor que tem. A norma, como nós sabemos, se não tiver sanção de nada vale." -----

Francisco Calhau: "Não vejo na proposta nada de complicado, antes pelo contrário, a outra questão que tem sido um problema em Albufeira e não só, mas que não pode legitimar certo tipo de atitudes. Que se tente com este regulamento, digamos pôr dentro daquilo que são os parâmetros normais e legais das actividades, é deixar que uma maior sazonalidade conduza a que haja necessidade dos sectores quererem exercer as suas actividades de uma forma que no limite possam ultrapassar, passar por cima de toda a gente, e que há ali três meses, qualquer dia são dois ou qualquer dia é só um mês para exercer essa actividade durante o ano, e portanto possamos todos olhar para aquilo que é normal que é uma regulamentação do funcionamento dessas





actividades, parece que estamos todos a querer prejudicar alguém. O facto de estarmos a querer regulamentar, melhorar aquilo que existe, tentar resolver um problema que de que se fala há muitos anos, não é novidade nenhuma. Que desde há muitos anos muita gente no Algarve, não é de agora, tem casa no interior e quando chega a Agosto vão para lá. E portanto também me parece que não é novidade para ninguém que existam sectores hoje a exercer actividade tão legítima como a que nós hoje estamos aqui a discutir, de uma forma específica, que se sentem altamente prejudicados. Também me parece que começamos a sentir todos e a ter consciência que se não regulamentar ou tentar levar a que os regulamentos que temos possam ser mais eficazes do que eram no ano passado, provavelmente passaremos a ter uma actividade a funcionar e alguns dentro dessa actividade, portanto aqueles que efectivamente ultrapassaram por cima de todos, e esses então realmente pela sua forma de actuar conseguem sobrepor-se a todos os outros e a todas as outras actividades. Será esse o futuro que quererão para Albufeira? E portanto é este o problema que nós temos, e compete à Assembleia Municipal, não é prejudicar ninguém. É das tais coisas. Se se entender que, uma determinada actividade, deve ser exercida livremente sem qualquer tipo de restrições, até de ordem legal, então, quem exerce no respeito pelos regulamentos e leis sente-se prejudicado. E vai ser prejudicado por isso. Vai ser prejudicado a favor daqueles que exercem dentro daquilo que é os prazos normais de funcionamento. Parece-me que é isso que estamos a tentar fazer aqui, obter a qualidade que todos desejamos vir a ter em Albufeira, e que todos os anos falamos nela e que não há maneira de melhorar." -----

Francisco Oliveira: "É só para acrescentar a essa questão que falou agora, concordo plenamente, portanto, não está aqui em causa não regulamentar efectivamente, não pôr restrições a toda esta situação, a questão que eu levantei é de este regulamento ter eficácia, pode eventualmente trazer aqui uma situação que é o regulamento sim senhor, muito bem feito, com muito boas intenções, não ter eficácia, ter efeito contrário, de que não é cumprido e a sanção qual é? De que forma é que se aplica? É essencialmente esta a questão. Porque estou inteiramente de acordo com o conteúdo do mesmo, agora o facto da dificuldade da sua exequibilidade trazer aquela velha prática e que depois não há forma de conseguir argumentá-la." -----

Presidente da Assembleia: "Só uma pequena questão, onde é que estás a ver essa questão da não exequibilidade?" -----

Francisco Oliveira: "Até que ponto é que é possível à Câmara Municipal encerrar o estabelecimento a partir das duas da manhã, naquele regime do excepcional até às quatro da manhã? Quem é que tem essa capacidade? É só essa a questão que eu vejo, não sei, vai lá a ASAE? Vai lá a Polícia Municipal?" -----





Presidente da Assembleia: "Isso não é aqui connosco, não sou Policia, nem a Guarda Nacional Republicana, nem ASAE. Isso, com todo o respeito, não pode ser argumentado aqui, se assim não houver fiscalização da GNR, da ASAE, isso não podemos fazer nada. Aí não tenho dúvida nenhuma." -----

Francisco Oliveira: "Neste caso concreto, quem aplica aqui a sanção?"-----

Presidente da Assembleia: "Não há sanção. Tu estás baralhado, é que não há sanção nenhuma, o que não há é licença. Há licença até às duas da manhã, não há é a excepcional até às quatro." -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, aqui a questão é, uma questão de interpretação." -----

Presidente da Assembleia: " Não é não, da forma como está cá escrito não é questão de interpretação. E só é concedida com base no interesse público, mais nada, é o que está aqui escrito, não é uma questão de interpretação, até às duas tem, até às duas são esses problemas todos, há isso tudo, agora nesta não há esses problemas todos, porque simplesmente não tem licença. E só não tem no mês seguinte, não é agora, se eu aplicasse agora é que estava a aplicar uma sanção. Não se pode estar a prevaricar, porque não posso usar aquela arma de arremesso, só posso usar para o mês que vem, para o mês que vem a gente cá está para conceder o horário excepcional e precário, ponto final. Portanto não é uma sanção. É que aí é que está, o nome dela é mesmo precária. Excepcional e precária. A precariedade tem limites temporais de um mês, do calendário gregoriano. Também podem estar neste momento, aí bares abertos a funcionar sem licença nenhuma. Se não houver polícia, se não houver ASAE que lá vá, não sou eu que vou de certeza."-----

Paulo Xufre: "Eu já tinha dito que já não queria falar. É que eu sou de Albufeira, e sinto isto tudo, já conheço isto tudo bem e é melhor estar calado. Mas afinal vou falar, eu queria perguntar ao representante aí da bancada do PSD onde é que os senhores estavam no vinte e cinco de Abril, certo? Isto é puro e cru. O senhor não tem noção nenhuma do que é Albufeira, nem conheceu Albufeira. Eu até aos onze anos vivi na Meia Laranja que é no jardim, e o senhor não tem noção do que era o turismo nem o barulho há trinta anos atrás, senão não falava como falou, e quem criou esta salsada, porque isto não passa de uma salsada que está aqui montada hoje, esta trapalhada, foi este executivo, que sobre pressão possivelmente, criou os horários alargados dos bares até às cinco da manhã, porque se tivessem deixado até às duas, como era antigamente, nada disto tinha acontecido, nem havia os problemas que hoje existem. Os turistas vinham cá com dinheiro e estão a fugir daqui por causa do barulho, está a perceber? Isso só mostra que não conhece Albufeira, se tivesse conhecimento de Albufeira não falava como falou. Foi este executivo que deixou os bares



transformarem-se em autênticas discotecas, e agora está-se a querer remendar os problemas que aqui criaram. É só isto." -----

Francisco Calhau: "Agradeço o seu esclarecimento, não tive o privilégio como o senhor de ter nascido cá, e ter esses conhecimentos. Só lhe estou a responder, e tenho o direito de o fazer, eu não estou a falar de setenta e quatro, não estou a falar de uma época que não estava cá, mas também isso não me impede de ser da bancada da Assembleia e exercer os meus direitos. E isso que afirmou não contribui absolutamente em nada para resolver o problema que nós temos agora, pode fazer uma história do problema mas não o resolve. O que o senhor está a fazer é unicamente historiar o problema. E agradeço-lhe imenso até porque ainda não conhecia, e até podemos ter a oportunidade de falar sobre essas histórias porque gostaria de conhecer, mas não resolve o problema, e o problema que nós temos de resolver é o primeiro que está em cima da mesa, o problema que está em cima da mesa resolve-se é com atitudes neste momento para conseguir melhorar as coisas. E para tal, não chega ter nascido em Albufeira, nem tal é sequer necessário para se dar um contributo para isso. Portanto sobre essa questão do regulamento, mal estamos nós se pomos em causa o regulamento por uma questão que é não saber se conseguimos em Albufeira que um bar sem licenças deixe de funcionar, porque não tem licença. Se vamos por aí, então o problema já não é o regulamento, o problema é muito mais grave que isto. O regulamento não cria sanções, não tem esse objectivo. O regulamento única e simplesmente estipula que para aquele período terá uma licença que caducará, e que será renovada mediante certas condições, volto a repetir, estamos aqui a discutir se conseguimos que este regulamento produza eficácia, é o mesmo que estar a dizer que temos dúvidas, e isso é grave, temos dúvidas de que os sectores de actividade respeitem as licenças que devem de respeitar. Que isso é mais grave."-----

Paulo Xufre: " Eu queria fazer a mesma pergunta, quem é que criou esta salsada toda? Não foi este executivo? Que deixou os bares transformarem-se em discotecas. Não sei o que é que estão agora aqui a fazer. É melhor arranjar uma maneira de voltar tudo ao horário antigo, os bares estão abertos até às duas e a seguir a malta vai para as discotecas. Já não há esse problema do barulho que tem havido na rua, diminuía muito os problemas que têm surgido em Albufeira. Nunca deviam ter feito isso, era permitido que se transformasse os bares em discotecas, foi o maior erro que este executivo fez, aí é que é a verdade, quem conhece a noite sabe que isso é verdade, e hoje os donos dos bares que eram donos das discotecas estão com as discotecas fechadas, não sei se o senhor sabe que aqui em Albufeira não há discotecas, está o Kiss que trabalha mal, agora há a de Santa Eulália, aqueles que vêm cá "mamar" o dinheiro agora no verão, amanhã vai abrir uma no Panchito, são aqueles que vêm aqui meia dúzia de meses sacar o dinheirinho todo, percebe? E os que tinham cá as



discotecas fecharam porque elas não trabalham, porque a malta está até às cinco ou seis da manhã nos bares, saem de lá já bêbados já não vão para discotecas, vão para a praia dormir, vão mergulhar e vão curtir, e este problema quem criou foi o executivo, e agora está aqui a tentar remendar essa trapalhada toda. Tenho dito.” -----

Vice-presidente da Câmara: “ Eu queria apenas dizer duas ou três coisas sobre isto que tem estado a ser discutido, obviamente que havendo algo que se entenda que esteja menos bem ou que esteja mal, diria que só os burros é que não alteram, tendo sido feito uma avaliação daquilo que é a noite em Albufeira, toda a dinâmica da noite, a animação nocturna, em termos de zonas, essencialmente os bares e/ou as discotecas, pensamos com certeza que haverá que regulamentar, haverá que disciplinar, haverá que alterar essa questão das cinco horas, ou das quatro ou das seis ou das duas. Enfim, nada é estático, tudo tem de ser dinâmico, e chegou-se à conclusão que se deveria alterar a questão do horário. Se esse regulamento vai criar conflitos ou não com as pessoas, evidentemente que com certeza, não há regulamento nenhum que não crie conflito com alguém, senão não era preciso haver Código da Estrada, Código Civil, Código Penal, não era preciso haver código nenhum, porque toda a gente cumpria uma série de regras que alguém algum dia imaginaria, e então não havia multas, não havia contra-ordenações, não havia infracções. Se o regulamento é ou não exequível, com certeza que temos de pensar que ele é exequível, quando se faz uma lei evidentemente que a gente pensa que é possível cumprir a lei, não é de todo impossível cumprir a lei, embora haja alguns que não a cumpram, evidentemente que haverá com certeza gente que não há-de cumprir este regulamento, gente que há-de infringir o regulamento duas vezes ou cinco vezes. Outra questão relativamente à questão dos bares, das discotecas, o executivo não tem o poder para de uma forma muito simplista alterar ou deixar de alterar um bar ou discoteca, obviamente isto tem regras próprias, tem pareceres externos à entidade Câmara e que alguns deles são negativos. Ainda não há muito tempo, o Governo Civil tem de se pronunciar, o Ministério da Administração Interna, ainda ontem recebi um parecer desfavorável precisamente de uma situação deste tipo que queria passar de bar para discoteca. Essa informação com certeza que vai ser dada intenção de indeferir, e depois o indeferimento tendo em conta aquele parecer, tudo isto tem algumas regras que não é muito fácil haver discotecas. Na questão dos bares as regras são muito inferiores à questão das discotecas, não é uma questão só de vontade ou não deste executivo. Eu não sei se o Vereador José Sequeira quer dizer alguma coisa, uma vez que tem acompanhado.”-----

Vereador Sequeira: “A questão do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos, está intrinsecamente ligada à temática do ruído. De qualquer modo já aqui foi dito algumas coisas em relação à noite de Albufeira, à situação que está neste momento, e o que nós pretendemos fazer. Temos de ver também a situação geral



e o que se está a passar, as condições económicas que estamos neste momento a viver. Entrando exactamente na situação do projecto em si, como os senhores sabem, foi um projecto que iniciámos há dois anos, em que foram definidas algumas regras em termos da nossa cidade, onde definimos o projecto que pretendíamos, foram escolhidas as artérias que nós considerámos mais problemáticas, nomeadamente Sá Carneiro Sul, Sá Carneiro Norte, Cândido Reis, Largo Duarte Pacheco, Avenida Vinte e Cinco de Abril, Avenida da Liberdade, penso que não estou a falhar nenhuma artéria. Foi feito um estudo de incomodidade das pessoas que vivem naquelas redondezas, foi definido o campo sonoro nas fachadas de cada estabelecimento para que não houvesse divergências. O projecto foi feito, e felizmente, no ano passado, no verão de dois mil e onze tivemos uma redução significativa de reclamações. E espero bem que neste mês de Agosto aconteça a mesma coisa, na reunião pública de Agosto não tivemos ninguém a reclamar, em dois mil e onze sobre o ruído em Albufeira, em dois mil e dez tivemos. Portanto o projecto foi muito importante para a nossa cidade. Como eu disse esse projecto foi feito e foram definidas algumas regras, nomeadamente ter portas abertas ou ter portas fechadas, ter janelas abertas ou fechadas, etc etc. No ano passado, com o desenvolvimento deste projecto, cada empresário teve de comprar o seu equipamento, os chamados sonómetros, onde foi definido o campo sonoro, o que permitiu minimizar o problema do ruído. Ninguém está aqui para tentar destruir a noite de Albufeira. Acho que a noite de Albufeira faz falta, mas com algumas regras, e é por isso que eu tenho vindo a ter várias reuniões com os empresários e temos tido algum consenso na evolução do problema. E este ano o que é que nós fizemos? Enquanto no ano passado tinham de vir levar o cartão à Câmara Municipal e fazia-se essa leitura. Tínhamos integrado no projecto que foi feito, a fiscalização, e este ano já não temos. Mas temos algo mais, e o que é que nós temos? Temos os bares com sonómetros do ano passado, têm de vir entregar continuamente e semanalmente, apresentam os seus cartões, e quem pretender ainda o regime alargado a partir Abril de dois mil e doze, temos um programa a título experimental que já permite fazer a leitura em tempo real. Nós neste momento temos cerca de noventa bares que vêm entregar o cartão semanalmente, temos uma plataforma onde é feito o "upload" desses cartões e sabemos semanalmente se estão ou não a cumprir as regras, e temos cerca de vinte e cinco bares neste momento que já estão via "online". Ou seja, eu posso ir ao meu computador neste momento, e fazer a leitura desses trinta bares e saber qual é o campo sonoro que eles estão a trabalhar, e saberei se estão a infringir as regras ou não. Esse modelo está a ser aceite, sem grandes objecções. Permite uma fiscalização correcta, uma fiscalização em que uma base de dados fica durante um ano, ou seja, uma leitura que façamos em um de Junho de dois mil e doze podemos ver em um de Junho de dois mil e treze, portanto essa base de dados é durante um ano, e essa



leitura em tempo real é actualizada de trinta em trinta segundos, temos gráficos, temos situações em que há picos. Por exemplo, imaginemos que temos um bar em que estão a ver um jogo de futebol e há um golo, há picos que vão ultrapassar a linha limite, mas que nós temos de ter essa leitura, temos de ter esse cuidado, de saber se há um pico de trinta segundos ou se há um pico de vinte minutos, temos de ter esse cuidado. Ou é um golo, ou é alguém que ligou a aparelhagem mais alto e isso está a ser feito em tempo útil e estamos a ter esse cuidado. Havia bares a cento e vinte decibéis e cento e treze. E com cento e dez decibéis é exactamente um martelo pneumático, toda a gente com certeza já ouviu trabalhar um martelo pneumático, a cento e vinte é uma passagem de um fórmula um. Portanto existia, e ainda existem bares, neste momento a trabalhar com este campo sonoro, e é isso que nós estamos a tentar evitar. E estamos a tentar sensibilizar os empresários para que não aconteça, alguns empresários têm o cuidado, e sensibilidade, em baixar o som, cinco, dez decibéis. Até oitenta, oitenta e cinco decibéis o som, com este tom de voz que estou a falar será setenta/setenta e cinco decibéis, mas a partir de noventa, noventa e cinco os decibéis são elevados ou seja, mais de um decibel ou dois a partir de noventa e cinco é quase o dobro do som, e é esse cuidado que nós estamos a ter, porque os empresários têm aquela filosofia de que quanto mais barulho o seu bar tiver mais pessoas estão lá dentro, e é essa filosofia que estamos a tentar mudar nos empresários de Albufeira, não é por ter um barulho enorme no seu bar que tem mais gente, pode ter uma determinada clientela, miúdos mais novos, mas de pessoas de determinada idade já não entrarão nesse bar com cento e dez/ cento e vinte decibéis. Estamos a fazer um trabalho contínuo, não podemos fazer isto de um dia para o outro, mas estamos a chegar a um objectivo que é, já em dois mil e treze, todos os bares, ou quase todos, estarem em tempo real. É um orgulho da nossa parte, às vezes temos de ser também um bocadinho orgulhosos, em Portugal em tempo real não existe neste momento, existe em Espanha, e tenho tido vários contactos de muitas câmaras, a nível nacional e regional, Lagos, Faro, Óbidos, que estão a tentar perceber qual é o projecto que nós temos e o que estamos a fazer. E isso está a dar-nos algum orgulho e também alguma satisfação. Sobre as artérias, o senhor Victor já disse aqui várias vezes, é evidente que é um trabalho que temos de fazer, portanto a Cândido do Reis não poderá ser igual à Sá Carneiro Norte, nem a Montechoro nem a Paderne, mas uma coisa é certa, a Lei Geral do Ruído é igual em Albufeira, quer na Rua Cândido dos Reis quer em Paderne, quer no Cerro do Ouro."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

Votos contra: um (01) Paulo Xufre -----

Abstenções: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes e Carlos





Lima -----  
 Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Maria Eugénia Xufre Baptista, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Maria Isabel Rodrigues Mateus, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa, Helena Maria Palhota Dias Simões, Ramiro José Nunes Fernandes, Carlos Augusto Cabrita dos Santos, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Ana Luísa Sousa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -Francisco Manuel Fernandes Guerreiro-----

A proposta é aprovada por maioria. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DO MEMBRO DA COMISSÃO NUNO LISBOA:** -----

Votos contra: um (01) Paulo Xufre -----

Abstenções: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes e Carlos Lima -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Maria Eugénia Xufre Baptista, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Maria Isabel Rodrigues Mateus, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa, Helena Maria Palhota Dias Simões, Ramiro José Nunes Fernandes, Carlos Augusto Cabrita dos Santos, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Ana Luísa Sousa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -Francisco Manuel Fernandes Guerreiro-----

A proposta é aprovada por maioria. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** -----

Votos contra: um (01) Paulo Xufre -----

Abstenções: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes e Carlos Lima -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João





Magalhães Calhau, Maria Eugénia Xufre Baptista, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Maria Isabel Rodrigues Mateus, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa, Helena Maria Palhota Dias Simões, Ramiro José Nunes Fernandes, Carlos Augusto Cabrita dos Santos, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Ana Luísa Sousa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -Francisco Manuel Fernandes Guerreiro-----

O regulamento está aprovado com as duas alterações.-----

### **PONTO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de hortas Comunitárias de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Esta área relativamente às hortas é essencialmente, ou só de terrenos da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia, não vai ocupar qualquer outro tipo de terrenos, nomeadamente privados?" -----

Vitor Clemente: "Dando continuidade a esta situação é de lamentar que na parte de apresentação do regulamento, não viesse acompanhado dos locais exactos, é uma obrigação em termos da parte do regulamento, porque ele está abstracto. De facto é presumível de que serão sobre os terrenos municipais que irão ser processadas estas situações. Não é nada contra, até porque se está a passar numa parte do país as pessoas de facto utilizarem o terreno municipal. Eu não sei, a situação do município, tem tão poucos bocadinhos. Devia ter no regulamento, é a minha opinião." -----

Vice-Presidente: "Como o Vereador José Sequeira acompanha este pelouro das hortas comunitárias, eu iria pedir que ele esclarecesse esta questão."-----

Vereador Sequeira: "Nós estamos e vamos trabalhar em conjunto com as Juntas de Freguesia para definir os espaços. Temos também pessoas que estão dispostas, e já temos alguns contactos. Como não fazem usufruto dos seus terrenos podem nos facultar. O nosso objectivo é desenvolver este projecto, temos também uma ideia na zona do Surfal, não sei se conhece, em que temos jardins muito grandes, e o condomínio em si, também esta interessado em desenvolver hortas nesse espaço, e é



nesta base que nós estamos a tentar trabalhar. Portanto não é forçosamente em terrenos municipais."-----

Luis Fernandes: "Nesta altura ainda não há terrenos definidos?"-----

Vereador Sequeira: "Temos, alguns. Posso dizer um, em Ferreiras, junto ao campo de futebol, aquela habitação social que lá existe é um espaço de terreno que vai ser cedido à Câmara, esse será o início do projecto, depois temos outro, um condomínio que também está interessado em desenvolver este tipo de trabalho."-----

Paulo Xufre: " Já agora eu queria saber também quais são os terrenos municipais que há para este projecto, ou são todos doados das pessoas que não os utilizam e têm os terrenos abandonados?" -----

Vereador Sequeira: " Já falei de um terreno em Ferreiras, que tem um jardim que é público e vamos trabalhar em conjunto com um condomínio que lá está. Temos outros, e estamos a trabalhar nisso."-----

Paulo Xufre: "O município em si, a Câmara tem algum terreno para meter em prática esse projecto? Algum terreno que seja propriedade da Câmara? Esse não, porque é cedido pelo condomínio."-----

Vereador Sequeira: "O de Ferreiras."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis(26) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Vítor Manuel Clemente da Silva, Maria Eugénia Xufre Baptista, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira Oliveira, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Luis Manuel Gomes Fernandes, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Maria Isabel Rodrigues Mateus, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima, Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa, Helena Maria Palhota Dias Simões, Paulo Alexandre Marcelino Vieira Xufre, Ramiro José Nunes Fernandes, Carlos Augusto Cabrita dos Santos, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Ana Luísa Sousa Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -Francisco Manuel Fernandes Guerreiro-----

A proposta é aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO QUARTO E QUINTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal - 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

De acordo com o ofício dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal, por parte do Presidente da Câmara Municipal, em vinte e cinco do corrente, são retirados os presentes pontos da ordem de trabalhos. (DOC.5) -----



Exmo. Senhor Presidente da  
Assembleia Municipal de Albufeira  
8200 Albufeira

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência  
S-CMA/2012/10268

DATA  
25 de julho de 2012

**ASSUNTO: 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015**  
**1ª Revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2012.**

No seguimento do meu despacho proferido na presente data, do qual se remete uma cópia, solicita-se a V. Exa. que sejam retiradas da ordem de trabalhos da próxima sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a realizar amanhã, dia 26 de julho, as propostas da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015, 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2012, pelos fundamentos constantes no mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara  
  
Desidério Jorge da Silva

DGF/DF

Rua do Município – 8200-863 Albufeira, Tel.: 289 599 500, Fax: 289 599 511, E-mail: geral@cm-albufeira.pt, Página Web: www.cm-albufeira.pt  
Município de Albufeira – Contribuinte 503 539 473. Para tratar do assunto faça-se acompanhar deste ofício. Na resposta mencionar a n.º referência completa.



**DESPACHO**

Considerando que:

1. Em reunião de câmara realizada no dia 13 de junho último foram apreciadas as propostas da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015, 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2012;
2. Foi deliberado na reunião em causa aprovar os documentos referidos e remetê-los à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação no âmbito das respetivas competências;
3. Em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 21 de junho último, sob proposta do Presidente da Assembleia Municipal, as propostas foram retiradas da ordem do dia e foi constituída uma comissão de análise das mesmas;
4. Com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, continuam a persistir muitas dúvidas e grandes dificuldades de aplicação prática dos diplomas referidos, e interligação dos mesmos com outros normativos legais, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), relacionadas com questões de natureza orçamental, que carecem de melhor clarificação;
5. O ofício remetido pelo Tribunal de Contas sobre a auditoria orientada ao endividamento municipal refere que os membros das assembleias respondem individualmente pelos atos de aprovação ou autorização de atos orçamentais, financeiros, tributários, patrimoniais e creditícios;
6. Se prevê, para breve, que tais dúvidas sejam esclarecidas, considerando a proposta de memorando de acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde o Governo compromete-se a estudar formas de facilitar a implementação dos procedimentos de aplicação da LCPA nos municípios, nomeadamente através da criação do Manual de Procedimentos, por adaptação das normas transitórias, diligenciar ações de formação, específicas para a administração local, garantir o apoio técnico dos competentes organismos da Administração Pública Central no trabalho das software house, pelo que, por questões de prudência, entende-se que se deverá aguardar pela clarificação de toda esta situação;
7. O Município de Albufeira, reúne condições para aderir ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que permitirá a revitalização das economias locais e que facilitará a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de Março de 2012, que se prevê a todo o momento a publicação da regulamentação necessária para a candidatura dos vários municípios ao mesmo;

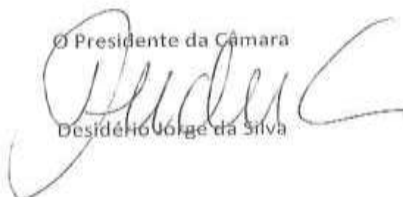


8. Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara de forma a deliberar em tempo útil, uma vez que os documentos previsionais se encontram agendados para a próxima reunião extraordinária da Assembleia Municipal que se realiza no próximo dia 26 de julho;
9. Estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, para que se decida sobre o assunto com a obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal, na reunião seguinte.

Determino que:

- Seja solicitado à Digníssima Assembleia Municipal a retirada da ordem de trabalhos da próxima sessão das propostas da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015, 1ª revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2012.
- E o agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a próxima reunião de câmara.

Albufeira, 25 de julho de 2012

O Presidente da Câmara  
  
Desidério Jorge da Silva



Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:40 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 26 de Julho de 2013 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----  
A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_